

Estudo Técnico Preliminar 136/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.062092/2022-76

2. Objeto

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para garantir a inclusão comunicacional e pedagógica da comunidade surda nas atividades da Universidade Federal da Bahia, além de dar apoio à execução de atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares às ações acadêmicas e administrativas desta Instituição.

Item	CATSER	Descrição	Custo Estimado Mensal	Custo Estimado Anual
1	27928	Serviço de tradução e Interpretação de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior - Salvador	27.790,51	333.486,08
2	27928	Serviço de tradução e Interpretação de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior – Vitória da Conquista	20.214,00	242.568,00
		TOTAL CUSTO	48.004,51	576.054,08

Os serviços objeto deste certame se enquadram no conceito de serviços comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital de licitação, por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser adquiridos, com ampla competitividade, por meio da modalidade de Pregão, na forma do art. 1º da Lei nº 10.520 /2002.

A licitação será dividida em itens, conforme tabelas acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O Regime de Execução será a Empreitada por Preço Global, subdividido em 2 (dois) itens.

Os serviços serão contratados com base em quantitativos estimados, todavia os pagamentos serão realizados considerando a quantidade de serviços efetivamente utilizados.

Serviço de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) enquadra-se como serviço de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o

funcionamento das atividades finalísticas da UFBA, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional desta Instituição.

Ainda que não haja impactos ambientais diretos na prestação dos serviços, a empresa vencedora do certame deverá se atentar às boas práticas empresariais de sustentabilidade ambiental e social, bem como as legislações vigentes.

A duração inicial do contrato será de doze meses.

Não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

3. Equipe de Planejamento

1. **Celinalva das Graças Gonsalves de Souza**, SIAPE: 0362825, Economista e Coordenadora da Coordenação de Gestão Administrativa (CGA);

2. **Márcio Fontes Azevedo**, SIAPE: 1979134, Auxiliar em Administração e Chefe do Núcleo de Contratos Administrativos.

4. Descrição da necessidade

Nos termos e condições constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, demonstra-se a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento aos *campi* e órgãos da UFBA localizados em Salvador e Vitória da Conquista, cidades da Bahia.

Com base no documento que formalizou a demanda, a Equipe de Planejamento da Contratação, vinculada à Pró-Reitoria de Administração, elaborou este Estudo consoante às diretrizes estabelecidas no art. 24, § 1º, Seção II e Anexo III da Instrução Normativa nº 05/2017.

Levando-se em consideração a imperiosa necessidade da Instituição e tendo em conta as restrições orçamentárias e a redução dos gastos desta Universidade, a Equipe de Planejamento consolidou as informações encaminhadas pelas áreas demandantes (Unidades Acadêmicas e Unidades Administrativas, em especial do Instituto de Letras e do Instituto Multidisciplinar em Saúde - Campus Anísio Teixeira), após levantamento da diversidade de solicitações e avaliação das demandas, de forma que, para definição dos quantitativos, foi dada prioridade às demandas destinadas ao atendimento aos discentes, docentes e serviços administrativos indispensáveis. Tais informações são ratificadas no presente documento por esta Pró-Reitoria de Administração, que subscreve os documentos em vista do volume de unidades requisitantes, em atendimento e conformidade com o art. 21 da IN nº 05/2017.

Desse modo, a licitação visa a realização de uma contratação mais eficiente e econômica para a UFBA, quando comparada ao Contrato Administrativo nº 36/2022, firmado com a empresa INTERPRES – Empresa de Tradução e Interpretação de Libras Ltda., da Dispensa de Licitação nº 29/2022, Processo Administrativo de nº 23066.031735/2022-30, projetando a redução do custo unitário das horas contratadas, em estrito atendimento ao Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015, que estabelece medidas de racionalização do gasto público nas contratações para prestação de serviços.

A UFBA enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão tem o dever de garantir a inclusão comunicacional e pedagógica da comunidade surda em todas as suas atividades a todos os seus discentes, docentes e técnico-administrativos, além da comunidade externa. A demanda para o acompanhamento do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) na UFBA não se restringe apenas às atividades em sala de aula, mas inclui, também, a participação em eventos, projetos de pesquisa e de extensão, estágios, entre outras situações cotidianas no âmbito da instituição. Assim, a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor/Intérprete de Libras (TILSP), nível superior e sem dedicação exclusiva de mão de obra, visa atender a uma demanda de especialidade crucial para a realização das atividades precípuas desta Instituição, qual sejam: o ensino, pesquisa e extensão.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. E atenderão às demandas da UFBA, por se tratar de atividades específicas não finalísticas e não atendidas totalmente por seu quadro de servidores. Além disso, a contratação pretendida caracteriza-se como atividades materiais acessórias, instrumentais e/ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da UFBA. São serviços relevantes para o adequado funcionamento da Universidade que vivenciou expansão e aumento considerável de vagas, serviços e áreas nesses últimos 10 (dez) anos, sem o corresponde suporte de serviços materiais acessórios, instrumentais e complementares.

A cada processo de ingresso de discentes e docentes, percebe-se o aumento da demanda por atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência. Cabe destacar que a UFBA possui, como política institucional, a reserva de vagas para pessoas com deficiência, contando com acessibilidade no processo seletivo e regramentos internos para a elaboração de planos educacionais individualizados e adaptações curriculares para estes estudantes, quando necessário. Contudo, o quadro de servidores efetivos para realizar esse tipo de atendimento é limitado, especialmente em relação ao serviço de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), que é essencial para o adequado atendimento dos estudantes e de professores surdos.

Segundo o Decreto Nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24/04/2002 – que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em seu capítulo V, artigo 19, parágrafo único, “as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino Federal, Estadual, Municipal, buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar o acesso das pessoas surdas à educação”. A comunicação entre surdos e ouvintes é mediada pelos profissionais TILSPs, que fazem a tradução do Português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vice-versa. A atuação desse profissional está regulamentada através do Decreto 5.626/2005 e da Lei 12.319/2010.

A ausência dos TILSPs para o atendimento de estudantes surdos nos quadros de servidores da instituição de ensino tem levado à judicialização, e há farta jurisprudência sobre o dever do estado em garantir o acesso destes estudantes à educação, invocando dispositivos constitucionais e a própria lei de diretrizes e bases da educação, que são inequívocos sobre o tema.

A contratação deve se dar sob o regime da não-exclusividade da mão de obra, pois a contratante fornecerá os serviços de forma complementar, atendendo a demanda que extrapola as capacidades operacionais do **Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE)**, vinculado à **Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE)**.

A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se comprovados tendo em vista que a UFBA não dispõe em quantidade suficiente de servidores das categorias funcionais relacionadas a Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), de nível superior, o que impulsiona a Universidade a recorrer à contratação de empresa especializada na prestação do

serviço, consoante informação disposta no quadro de referência dos servidores técnico-administrativos base: 09/03/2021 – 17h 20min da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Fonte: <https://prodep.ufba.br/sites/prodep.ufba.br/files/QRSTA.pdf>, pesquisa em 20/10/2022).

Ressaltamos também que a acessibilidade linguística das pessoas surdas usuárias de Língua Brasileira de Sinais está amparada pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei Federal 13.146/2015, pela qual pessoas com deficiência têm direitos assegurados de livre acesso e disponibilidade de ajuda técnica nos órgãos públicos ou privados, para "sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

No Art. 9º, incisos II, III e V a mesma Lei explica alguns dos casos em que as pessoas surdas se inserem, necessitando do serviço de Tradução e Interpretação de/para a Libras – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. São eles: "II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas; e V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis".

Especificamente no que tange ao trabalho na área da Educação Superior, o documento legal explica, em seu Art. 28 parágrafo 2º inciso II, que "os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras".

A situação da atuação dos TILSPs em universidades públicas se agrava e ao mesmo tempo se qualifica diante da LBI, Lei No 13.146/15, por restringir a contratação de profissionais apenas com Ensino Superior, impossibilitando a realização de Concurso Público até que seja criado o cargo de TILS de nível E na esfera federal e sejam disponibilizadas vagas para a UFBA.

Atualmente a UFBA possui o Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE), vinculado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), porém esse núcleo não tem à sua disposição um quantitativo suficiente de servidores qualificados para atender à crescente demanda do serviço a ser contratado, com uma equipe de apenas 09 servidores Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), distribuídos a partir de seus horários de trabalho, levando em consideração as condições do formato remoto em home office, bem como do trabalho presencial nos três turnos de aulas da instituição.

Durante o Semestre Letivo Suplementar (SLS), em 2020, apenas 73% da demanda solicitada na UFBA conseguiu ser atendida pela equipe do NAPE. Esta capacidade de atendimento, conforme os números revelam, tem decrescido ao longo destes dois últimos anos (66%, 57% e 55%, respectivamente), devido ao aumento da demanda pelos serviços, que incluem, além dos componentes curriculares, interpretação de eventos e atividades extracurriculares e de extensão.

Em 30/05/2022, foi homologado o resultado final do o Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação temporária de profissional "Técnico Especializado em Linguagem de Sinais", de nível superior, por tempo determinado, EDITAL Nº 2/2022, com base no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005; na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002; na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; na Portaria Interministerial nº 173, de 20 de junho de 2017; e na Portaria MEC nº 314, de 04 de abril de 2018 e Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 1/2019. Tal contratação objetiva ampliar a capacidade dos serviços e atividades-fim do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE). Como houve o preenchimento de apenas uma (01) das duas vagas concedidas, em 01/06/2022, foi publicado o EDITAL DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM LINGUAGEM DE SINAIS Nº 3/2022, com a mesma destinação, para o suprimento desta vaga remanescente.

Desta forma, se com uma capacidade instalada de 09 servidores, apenas 55% da demanda está sendo coberta, este percentual deverá se recompor para 67,2% com a chegada de mais dois novos profissionais a serem contratados por tempo determinado através dos Editais 2 e 3/2022. Estes levantamentos indicam, portanto, que para atendermos os 100% desejáveis da demanda pelos serviços, necessitaríamos, idealmente, de um contingente de 16 profissionais TILSP no NAPE, ou seja, mais 05 profissionais a se somarem aos 11 que estarão em atuação. É importante que se ressalte, ainda, que estes cálculos devem levar em conta uma previsão de ingresso de uma média de 03 estudantes surdos por ano letivo, com base nas tendências detectadas nos três últimos anos.

Além disso, o Instituto de Letras possui dois docentes efetivos surdos; servidores que, além das atribuições em sala de aula (física e virtual), atuam em diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. Ademais, no semestre letivo (2022.1), o Instituto de Letras tem quatro estudantes surdos, dois em cursos de graduação e dois no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC).

O presente certame licitatório surge como providência necessária, imprescindível e urgente, em observância ao princípio da continuidade da prestação de serviços e do interesse público.

Considerando a necessidade de contratação de profissionais para atender as demandas de acessibilidade da Universidade, reforçamos que não há perspectiva de contratação de servidores para aumentar o quadro de pessoal da UFBA, o que significa ausência de concurso para o cargo de Tradutor/Intérprete de Linguagem de Sinais.

Como se trata de acessibilidade prevista na LBI, Lei no 13.146/15, a inexistência de pessoal, neste momento de forma terceirizada, certamente causará prejuízo no desempenho das atividades que constituem os objetivos, funções e a missão da instituição, e como consequência viria ocasionar prejuízos e sanções à Administração no concernente ao descumprimento legal das demandas de acessibilidade pedagógica e inclusão, tornando-se necessária a sua contratação na forma preconizada pelo Decreto 9.507/2018 e pela Instrução Normativa no 05, de 26/05/2017.

Com o objetivo de assegurar a eficiência e evitar transtornos ao regular funcionamento do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior e sem dedicação exclusiva de mão de obra, na forma mais vantajosa operacional e gerencialmente para a Administração, devendo contribuir com o melhor desempenho das atividades acadêmicas, administrativas e conferir maior inclusão da comunidade surda.

Destarte, a contratação que se pretende realizar possui caráter continuado, pois a sua interrupção pode comprometer o desenvolvimento das atividades exercidas na UFBA, estendendo-se, assim por mais de um exercício financeiro. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Instituto de Letras	Fernanda Almeida Vita
Instituto Multidisciplinar em Saúde - Campus Anísio Teixeira	Márcio Vasconcelos Oliveira

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atuarem como tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras, com competência para realizar a interpretação das duas línguas (Português – Libras), de maneira simultânea e consecutiva, e proficiência em tradução e interpretação de Libras e da língua portuguesa, visando à garantia da comunicação entre a pessoa surda e o ouvinte, devendo levar em consideração a Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, bem como os requisitos da ABNT NBR 15599:2008 Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços.

Os serviços de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) deverão ser realizado por pessoas capazes de traduzirem e interpretar a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

O serviço será prestado por hora, considerando como hora-base a hora de interpretação realizada simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada, prestada por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconizam as entidades de classe.

A empresa contratada deverá comprovar formalmente que os intérpretes contratados possuem:

1. Experiência de no mínimo 1 (um) ano como Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa no contexto educacional, comprovada por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas;
2. Aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por meio de Laudo /Atestado de Saúde; e
3. Curso de nível superior em:
 - 3.1. Bacharelado em Tradução e Interpretação LETRAS/LIBRAS, cursado em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); ou
 - 3.2. Graduação em qualquer área de conhecimento, realizado em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e curso de Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, de no mínimo 250 horas; ou
 - 3.3. Graduação em qualquer área de conhecimento, realizado em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e certificação Prolibras (Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa; ou
 - 3.4. Graduação em qualquer área de conhecimento, realizado em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e Especialização em Tradução e Interpretação em Libras.

Atribuições e competências dos profissionais intérpretes:

1. Traduzir e Interpretar o par linguístico Libras/Português nas aulas e atividades didático pedagógicas e culturais desenvolvidas na instituição no ensino, pesquisa e extensão, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; e a acessibilidade comunicacional de estudantes surdos e/ou deficientes auditivos;
2. Traduzir e interpretar, na forma oral e/ou de sinais o par linguístico Libras/Português, considerando as variáveis culturais;

3. Realizar mediação de uma língua para outra na modalidade sinalizada ou oral, de forma simultânea ou consecutiva;
4. Gravar tradução/interpretação para janela de Libras;
5. Participar de com transmissão síncrona ou assíncrona, realizando webinários a interpretação /tradução;
6. Interpretar oralmente e/ou na língua de sinais, a partir de um vídeo ou áudio;
7. Traduzir/interpretar textos em Português falado ou escrito para a Libras;
8. Atuar como tradutor/intérprete nos processos seletivos da instituição de ensino e nos concursos públicos quando for necessário;
9. Atuar no apoio à acessibilidade ao estudante surdo ou deficiente auditivo aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino em sala de aula, e em todo o processo de ensino ofertado pela instituição, além de atuar nas repartições (setores) que necessitam de seu trabalho especializado facilitando o acesso do estudante surdo e/ou com deficiência auditiva;
10. Conhecer os aspectos relacionados com a cultura surda;
11. Capacitado nas duas línguas: LIBRAS e língua portuguesa;
12. Manter-se atualizados e bem informados quanto às rotinas e aos procedimentos adotados;
13. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos, ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função;
14. Zelar postura pela conduta adequada aos ambientes que frequentar;
15. Exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes e pelo respeito à cultura surda;
16. Atuar com ética e neutralidade, adotando uma conduta adequada, ter boa dicção e audição, raciocínio lógico, cortesia e civilidade;
17. Garantir fidedignidade (o intérprete não altera a informação), imparcialidade (o intérprete não interfere com opiniões próprias) e impessoalidade (o intérprete é um mediador impessoal) aos conteúdos que lhe couber interpretar/traduzir;
18. Não usar informações confidenciais traduzidas ou interpretadas para benefício próprio ou para ganho profissional;
19. Manter sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços;
20. Ceder à UFBA direitos de imagem relativo ao trabalho executado.

A realização do serviço de tradução e interpretação tradução e interpretação do par linguístico Libras/Língua Portuguesa poderá ocorrer de forma remota (on-line) e/ou presencial nos Campi da UFBA em Salvador e Vitória da Conquista, conforme interesse e/ou necessidade desta Instituição.

A fim de garantir um padrão mínimo de qualidade e em consonância às normas ABNT NBR 15599 e 15290, durante os serviços de tradução/interpretação que ocorrerem de forma remota, **a Contratada deverá garantir que os profissionais que realizarão o serviço de forma remota:**

1. Utilizem uma conexão de internet estável, sem interrupções frequentes durante o serviço;

2. Utilizem webcam com uma resolução de no mínimo 720p, 30fps e capaz de visualizar as nuances das mãos e dedos do intérprete;
3. Utilizem headset (microfone e áudio) que não provoque interferências ou falhas;
4. Utilizem Iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo;
5. Não fiquem colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras.

Demais requisitos para o serviço realizado de forma remota:

1. Para o correto enquadramento do intérprete a posição da câmera deve ter a seguinte configuração:
 - 1.1. Parte superior: o quadro superior da câmera deve ficar entre 10 (dez) e 15 (quinze) centímetros acima da cabeça;
 - 1.2. Parte inferior: 5 (cinco) centímetros abaixo do umbigo;
 - 1.3. Parte lateral: 10 (dez) centímetros para cada lado dos cotovelos para espaço de sinalização.
2. É necessário que sejam utilizados dois pontos de iluminação para o intérprete. Um frontal, diagonal superior, e outro no topo da cabeça para eliminar todas as sombras no tecido ao fundo ou no intérprete.
3. Em hipótese alguma deverá ser exibida com cortes as mãos, braços ou cabeça dos intérpretes (TILSP).

Os serviços deverão ser executados pela contratada com o uso de insumos adequados e suficientes às características dos ambientes, observados os métodos e as técnicas que possibilitem aumento da produtividade dos empregados alocados nas atividades e a efetividade do serviço.

A Contratada deverá disponibilizar aos empregados alocados equipamentos de uso manual adequados e suficientes para a execução do serviço.

A Contratada será responsável pela instalação tanto da infraestrutura, como dos equipamentos, sua manutenção, assistência técnica e operação do sistema por ela fornecido, promovendo sua substituição quando necessário.

Para o respectivo serviço a empresa deverá realizar testes de funcionalidades dos equipamentos instalados, antes do horário previsto para o início do evento.

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
2. A empresa a ser contratada deverá comprovar que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 03 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em vista de tratar-se de contratação de serviços por postos de trabalho (alínea “c”, do subitem 10.6, da IN nº 05/2017), sendo aceito o somatório de atestados, nos termos do Anexo VII, subitem 10.7, da IN nº 05/2017;
3. Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem 10.7 (Anexo VII da IN nº 05/2017), não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos;

4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5. Os serviços serão executados conforme as exigências e descrições apresentadas no Termo de Referência e seus anexos;

Por se tratar de serviços continuados, o prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses de acordo com o previsto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93;

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços por Grupo;

A contratada deverá respeitar todas as normas vigentes referentes às práticas de sustentabilidade ambiental, no que couber, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

É vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante;

Os serviços serão prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;

As categorias profissionais a serem empregadas enquadram-se nos seguintes códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

2614-25 - Intérprete de língua de sinais - Guia-intérprete, Intérprete de libras, Intérprete educacional, Tradutor de libras, Tradutor-intérprete de libras

Traduzem, na forma escrita e/ou oral, textos e imagens de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Da Execução dos serviços:

Os eventos e aulas realizados pela UFBA que demandarão do serviço de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior, poderão acontecer em qualquer unidade dos Campi de Salvador e Vitória da Conquista, podendo haver demanda de segunda a domingo das 06h às 22h, devendo assim a contratada estar preparada para o atendimento, desde que a contratante comunique com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas (do dia útil) de antecedência.

Os colaboradores deverão comprovar as qualificações e requisitos exigidos para participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por outro com experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pelo órgão contratante.

A inclusão de novos colaboradores ficará condicionada à apresentação da qualificação e requisitos.

A solicitação da prestação dos serviços será por meio de Ordem de Serviço elaborada pela gestão do contrato e enviada preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

A prestadora deverá fornecer os números de telefone, celular, e-mail e outros meios hábeis para contato.

A requisição ou solicitação será repassada com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento/aula.

Na requisição deverão constar detalhes do evento/aula, como, por exemplo, dia, horário, duração estimada, local, se será remoto ou presencial.

A prestadora deverá enviar ao gestor do órgão, por e-mail ou meio eletrônico a ser indicado pela fiscalização do contrato, a relação contendo o nome, o número do RG e do CPF e a comprovação da qualificação de cada um dos profissionais que colocará à disposição do órgão para o respectivo evento até 12 (doze) horas antes do início do evento/aula.

As horas de início e de término do evento/aula constantes da Ordem de Serviço são apenas estimativas.

A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na Ordem de Serviço para o início do evento, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à prestadora.

Se o evento se estender após o horário previsto para término, a prestadora deverá providenciar o quantitativo mínimo de intérpretes para garantir a continuidade da prestação do serviço.

O cancelamento do serviço deverá ser informado pelo órgão com, no mínimo, 3 (três) horas de antecedência do início do evento/aula, por meio eletrônico, preferencialmente e-mail. Caso o evento /aula seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 3 (três) horas do seu início, as despesas incorridas pela prestadora serão pagas, desde que devidamente comprovadas.

Atrasos dos intérpretes superiores a 10 minutos deverão ser registrados pela equipe de fiscais e informados a empresa contratada.

O atraso ou o não comparecimento do profissional para a realização dos serviços em número superior a 2 (duas) ocorrências, sem justificativa aceita pelo órgão, poderá ser motivo para rescisão contratual.

A prestadora deverá substituir, sempre que exigido pelo órgão e independentemente de justificativa, qualquer intérprete cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos ou que seja considerado tecnicamente inapto.

O serviço de tradução/interpretação deverá ser realizado em dupla, garantindo-se o revezamento e apoio na tradução/interpretação a cada 20 (vinte) minutos.

Os intérpretes que prestarão o serviço deverão estar pontualmente no local do evento/aula (presencial ou remoto), com vestimenta de cor lisa e que contraste com o tom da pele, segundo as normas da ABNT NBR 15290:2016, a Cartilha de Classificação Indicativa da Libras na TV e Normas de Publicação da Revista Brasileira de vídeo-registros em Libras.

Os colaboradores deverão desenvolver suas atividades uniformizados, com todas as peças do uniforme adequadas ao tipo de traje denominado social, devendo ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, consideradas as disposições apresentadas no quadro abaixo:

Item	Especificação	Cor
1	Calça social	Preta
2	Cinto	Preta
3	Meia social	Preta
4	Sapato social	Preta
5	Camisa social	A vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o plano de fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete (letra a, item 7.1.4, NBR 15290:2016).

A prestadora deverá manter sigilo e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do órgão ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

Quando da ocorrência de eventuais imperfeições, deficiências, em desacordo com as normas legais ou em desconformidade com os padrões técnicos vigentes no curso da execução dos serviços, a prestadora deverá ser notificada, por escrito, com prazo fixado para sua correção, que não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação.

A prestadora deverá autorizar o uso de imagem e voz para, todos os profissionais que executarão os serviços.

O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão do órgão contratante, podendo este distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

Os direitos autorais dos produtos/serviços gerados/realizados serão do órgão, ficando proibida sua utilização por parte da Contratada sem que exista autorização formal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

O Pagamento dos serviços será por hora/dupla, conforme as especificações do serviço.

Despesas com transporte, alimentação ou hospedagem não serão de responsabilidade da contratante.

O serviço realizado no período das 22h às 5h será acrescido o percentual de 20% (vinte por cento) dos valores pactuados em contrato, a título de adicional noturno, devendo a prestadora repassar o correspondente ao colaborador.

O serviço realizado aos domingos e feriados será acrescido o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor acordado, devendo a prestadora repassar o correspondente ao colaborador.

Poderá ocorrer mais de um evento/aula simultaneamente, devendo a prestadora possuir capacidade técnica para o atendimento da demanda.

7. Levantamento de Mercado

A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Administração, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, em especial, por outras universidades federais, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

Como alternativa de solução, encontrou-se as contratações realizadas pela Universidade Federal do Sul da Bahia, Pregão nº 06/2021 (Processo nº 23746.006858/2021-36); Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Pregão nº 08/2022 (Processo nº 23422.002250/2019-08); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Pregão nº 12/2021 (Processo nº 23331.251014.2021-86), Universidade Federal da Fronteira Sul, Pregão nº 15/2021 (Processo nº 23205.009024/2021-66); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Pregão nº 16/2021 (Processo nº 23219.000074-2021-29); Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Pregão nº 22/2022 (Processo nº 2607/2022); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Pregão nº 24/2022 (Processo nº 23172.000807/2022-90); Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Pregão nº 25/2021 (Processo nº 0004039-25.2021); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Pregão nº 026/2021 (Processo nº 23223.001870/2021-10); Universidade Federal do Ceará, Pregão nº 40/2021 (Processo nº 23067.034840/2021-30); Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pregão nº 42/2021 (Processo nº 23064.048985/2021-48); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande, Pregão nº 47/2021 (Processo nº 23419.001137/2021-16); Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Pregão nº 09/2022 (Processo nº 06063783/2022); Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, Pregão nº 32/2022 (Processo nº 3.448/2022).

Esses pregões abarcam a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), para atender às necessidades específicas das instituições de maneira semelhante ao que se pretende com a contratação em tela.

Destarte, fica evidente que a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), em especial por universidades e institutos federais, conforme é possível inferir a partir das licitações citadas acima.

Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, favorecendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar (pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), sem dedicação exclusiva de mão de obra) é viável, promove a competição, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

8. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento aos diversos campi e órgãos da UFBA localizados em Salvador e no interior do estado da Bahia.

A contratação pretendida tem caráter continuado e é essencial, conforme já exposto no tópico “Descrição da Necessidade da Contratação”.

O serviço pretendido enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 2019, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico com regime de execução de empreitada por preço global, dividida em 2 (dois) itens.

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

A solução proposta se justifica devido ao total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, o que confere a possibilidade de ampla participação de diversas empresas em âmbito nacional, favorecendo a competitividade do certame e a contratação do serviço pela proposta mais vantajosa.

Ademais, durante a etapa de levantamento de mercado, observou-se que a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), sem dedicação exclusiva de mão de obra, já é comumente utilizada pelos órgãos públicos, conforme constatado nos pregões analisados (ver tópico anterior, “Levantamento de mercado”).

A solução proposta atende de forma satisfatória a demanda da UFBA, que necessita do apoio da mão de obra a ser disponibilizada para continuar fornecendo seus serviços de maneira adequada à comunidade acadêmica.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo a ser empregado para o serviço descrito é estimado e foi considerado após avaliação e estudos realizados pelo Instituto de Letras e pelo Instituto Multidisciplinar em Saúde - Campus Anísio Teixeira, sob coordenação da Pró-reitoria de Administração da UFBA:

ITEM	UNIDADE	DEMANDAS (hora)		
		Mensal	Semestral	Anual
1	Instituto de Letras (Salvador)	155	928	1.856
2	IMS/CAT (Vitória da Conquista)	113	675	1.350
TOTAL		267	1.603	3.206

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 483.881,58

A alínea “f”, do art. 6o, da Lei no 8.666/1993 estabelece a necessidade de “orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados”, a ser considerado na elaboração de projeto básico ou termo de referência. A Instrução Normativa no 40/2020 SEGES/ME, no art. 7o, inciso VI, estabelece que os Estudos Técnicos Preliminares devem conter obrigatoriamente as estimativas do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais.

Para a presente estimativa de preços foram ainda obedecidos aos parâmetros constantes na Instrução Normativa no 73/2020 SEGES/ME, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Foram usados como referência para a pesquisa de preço, além das contratações realizadas pela própria UFBA, os pregões elencados na seção "Levantamento do mercado".

Assim, chegou-se aos seguintes valores de referência:

ITEM	CATSER	Descrição	DEMANDA (hora)		Custo Estimado Mensal	Custo Estimado Anual
			Mensal	Anual		
1	27928	serviço de tradução e Interpretação de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior - Salvador	154,67	1.856	27.790,51	333.486,08
2	27928	serviço de tradução e Interpretação de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), nível superior – Vitória da Conquista	112,50	1.350	20.214,00	242.568,00
TOTAL HORAS/CUSTO			267	3.206	48.004,51	576.054,08

Após avaliação dos preços coletados, utilização de parâmetro apropriado e realizada a análise crítica, em atendimento à legislação, os valores a ser contratos se encontram na média ou abaixo dos valores de mercado, mostrando-se a adesão vantajosa para a Administração Pública.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Por conta disso, a Administração da UFBA optou pela divisão em 2 (dois) itens, dadas as características dos objetos, bem como as peculiaridades que envolvem a contratação.

Destaca-se que, apesar de os itens terem praticamente as mesmas características, os serviços serão executados em cidades diferentes, e a não divisão poderia frustrar a competitividade da licitação. Assim, cada item visa atender às necessidades de um campi da UFBA, um localizado em Salvador e o outro em Vitória da Conquista, permitindo que a mesma empresa ou empresas diferentes prestem o serviço.

Ainda, considerando o fato de que apenas 2 (dois) itens possa parecer frustração do caráter competitivo da licitação, esta Administração esclarece e justifica suas razões para promover a adjudicação dessa forma:

1. A divisão em 2 (dois) itens se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços poderá ser demandada a no máximo 2 fornecedores, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado;
2. O não parcelamento da solução em mais itens dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;
3. Doutro modo, o não parcelamento do objeto em mais itens promoverá um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade;
4. Quanto à eficiência do serviço a ser prestado, cumpre informar que a divisão em lotes poderia provocar prejuízos à gestão do serviço, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e também da fiscalização técnica e administrativa do serviço;
5. Foi escolhido a divisão em 2 (dois) itens de maneira a tornar a contratação tecnicamente e economicamente viável.

A divisão proposta visa atingir economicidade na contratação, tendo em vista que a prestação do serviço por no máximo 2 (dois) fornecedores implicará em menor custo, em contraposição à aquisição ou contratação muito segmentada. Busca-se oferecer o menor preço global associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas do Edital.

Restando evidente a pertinência do parcelamento da solução em 2 (dois) itens, tendo em vista que a contratação pretendida, busca lidar com um número reduzido de fornecedores para a prestação dos serviços, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa desta Instituição, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos (Acórdão 861/2013-Plenário do TCU).

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação irá substituir os Contratos Administrativos nº 66/2022, firmado com a empresa INTERPRES - EMPRESA DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS LTDA., da Dispensa de Licitação nº 29/2022, Processo Administrativo nº 23066.031735/2022-30, que prestavam serviços de portaria, se encerraram em janeiro de 2023.

Além deste descrito acima, foram considerados como parâmetros os contratos firmados por outros órgãos cujo objeto é o mesmo: contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de portaria (ver tópico “Levantamento de mercado”).

Ressalta-se que, apesar do contrato vigente com o objeto semelhante, não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Doutro modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, ora em voga, alinha-se com o Plano Estratégico da UFBA estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, cujo documento orienta suas políticas e práticas de gestão e autogestão, tendo em vista que atua em contribuição direta à gestão de segurança da Instituição, considerando as atribuições de guarda e controle de acessos que lhes são pertinentes.

Os objetivos estratégicos constituem os grandes alvos que a Universidade Federal da Bahia busca atingir, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que fixam grandes diretrizes para a educação brasileira, em particular a de nível superior.

A contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de natureza não continuada de portaria é um instrumento indispensável das atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando, em consonância com os objetivos estratégicos da UFBA, a excelência das atividades acadêmicas, tendo em vista que são serviços necessários ao seu pleno funcionamento, contínuos e que não são atendidos por seu quadro de servidores.

14. Resultados Pretendidos

Pretende-se, como resultado da contratação:

1. Subsidiar as atividades-meio, de forma que estas auxiliem a UFBA na promoção de suas atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) com qualidade e mantendo o pleno funcionamento de suas unidades e órgãos, além de atender satisfatoriamente ao público interno e externo da Universidade, priorizando sempre a eficiência na prestação dos serviços públicos por esta entidade;
2. Eliminar barreiras comunicacionais e pedagógicas que impeçam a comunidade surda ter acesso à informação e ao conhecimento na UFBA;

3. Garantir o serviço de tradução e interpretação do par linguístico Libras/Língua Portuguesa para estudantes surdos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação durante a participação em atividades acadêmicas, eventos, projetos de pesquisa, projetos de extensão, dentre outras situações cotidianas no âmbito da instituição;

4. Garantir, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, o serviço de tradução e interpretação do par linguístico Libras/Língua Portuguesa nas atividades didático pedagógicas e culturais, desenvolvidas na instituição, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares e a acessibilidade comunicacional de estudantes surdos e/ou deficientes auditivos; garantindo-se assim, além do acesso ao ensino superior, o processo de inclusão e de permanência na universidade.

15. Providências a serem Adotadas

O ambiente da Universidade já se encontra adequado para que o serviço, ora pretendido, seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

Considerando que o acompanhamento do contrato proveniente dessa contratação não necessita de qualificação especial, além das que já são habitualmente desejáveis e esperadas dos servidores investidos nas funções de gestores e fiscais de contratos, não será necessária nenhuma capacitação específica, bastando que a equipe de fiscalização se mantenha sempre atualizada quanto às legislações que regem a matéria.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram observados impactos ambientais para essa contratação, entretanto, deverão ser adotadas, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012.

Os serviços prestados deverão, dentre outros, observar:

1. Respeito às leis ambientais;
2. Adotar práticas de sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;
3. Uso de materiais recicláveis (quando possível);
4. Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos;
5. Descarte adequado de resíduos;
6. Logística reversa.

Assim, tendo sido observado o Decreto nº 7.746/2012, avaliado e consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, por não haver, de forma direta, o fornecimento de materiais, tecnologias e matérias-primas não foram encontradas práticas e critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto que se pretende contratar.

Contudo, tendo em vista que o serviço será prestado com fornecimento de mão de obra que ficará alocada nas instalações da Universidade, em observância ao inciso V, do art. 6º, da IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, a Contratada deverá orientar seus empregados, inclusive através de programa

interno de treinamento, a reduzirem o consumo de energia elétrica e de água e diminuïrem a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Deve ainda treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

Além disso, os empregados da contratada, em especial, os ocupantes do cargo de auxiliar de serviços gerais, devem realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Unidade. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva, os resíduos orgânicos devem ser separados para compostagem e os resíduos de matérias provenientes da execução do serviço devem ser descartados de forma apropriada.

Os empregados da contratada deverão colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, atuando também como facilitadores das mudanças de comportamento esperadas com estas medidas, com o intuito de mitigar quaisquer impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos naturais, sempre primando pelo uso consciente e evitando desperdícios. Os recursos naturais devem ser utilizados de forma otimizada e eficiente.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara, consoante determina o inciso XIII, do art. 7º, da IN nº 40 /2020 SEGES/ME, que a contratação pretendida é viável, conforme demonstram os presentes estudos técnicos preliminares, os quais evidenciaram que a proposta de solução, ou seja, contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de natureza continuada de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra, mostra-se razoável e possível tecnicamente, além de ser fundamental para auxiliar o desenvolvimento das atividades realizadas pela UFBA.

18. Responsáveis

CELINALVA DAS GRAÇAS GONSALVES DE SOUZA
Economista e Coordenadora da Coordenação de Gestão Administrativa (CGA)

MÁRCIO FONTES AZEVEDO
Auxiliar em Administração e Chefe do Núcleo de Contratos Administrativos